

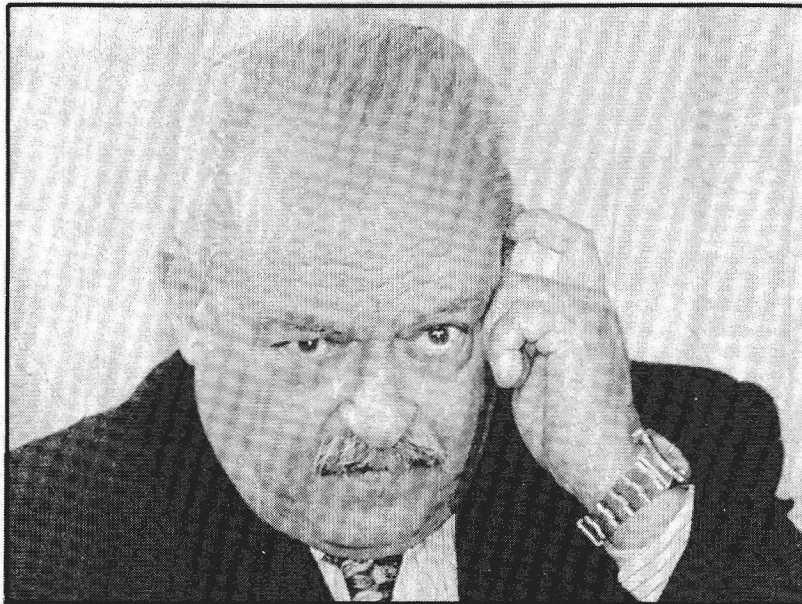
Romão chama João Alves de pilantra

VITÓRIA — O diretor-geral de Polícia Federal, coronel Wilson Romão, assegurou ontem que há dois anos o deputado fede-



ral João Alves (PPR-BA), a quem ele chamou de "pilantra", já poderia ter sido cassado e preso. Romão culpou a Justiça pela impunidade do parlamentar, que somente agora foi apontado como o líder da máfia do Orçamento. Segundo Wilson Romão, em 1991 a Polícia Federal pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a quebra do sigilo bancário e fiscal de João Alves:

— Mas na ocasião o Supremo negou o pedido feito pelo delegado federal Maguinaldo Nicolau. E só agora, com a CPI do Orçamento, a Justiça determinou a abertura das contas bancárias de João Alves. Todo esse cenário de corrupção no Orçamento já poderia ter sido trazido a público e desmascarado pela PF se a Justiça tivesse nos ajudado — disse Wilson Romão, que esteve ontem em Vitória participando



Arquivo

Romão: Justiça impediu em 1991 que João Alves fosse cassado e preso

do segundo dia do encontro nacional da cúpula da Polícia Federal, que discute a revisão constitucional.

Ele acrescentou que tão logo passou a suspeitar das atividades do deputado João Alves, a

Polícia Federal começou a ouvi-lo, mas como o delegado Maguinaldo não teve acesso à movimentação bancária do parlamentar baiano, não pôde comprovar seu envolvimento com a máfia do Orçamento no Congresso.

— E quando era argüido na polícia, o deputado negava. Mas, aquele rapaz é um pilantra mesmo — afirmou Wilson Romão, que responsabilizou o Poder Judiciário pela impunidade no país. Ele afirmou que no Brasil somente pobres vão para a cadeia. Segundo Romão, se o Supremo quisesse, até o ex-presidente Fernando Collor, cassado por corrupção, já poderia estar preso.

— Está faltando vontade de alguns juizes de mandar os criminosos de "colarinho branco" para a prisão. Não sou maluco de dizer que os juizes são fracos. O problema é que alguns agem com rapidez e outros não — disse o diretor da PF.

Wilson Romão garantiu ainda que se a Justiça tivesse sido mais ágil com a decretação da prisão de Paulo César Farias, o empresário alagoano não teria fugido do Brasil. O diretor geral da PF disse também que existe um movimento tentando transferir para o Ministério Público e a Justiça as atribuições da Polícia Federal.